



RAIMUNDO BATISTA DO SANTOS JUNIOR

CURSO DE FORMAÇÃO
O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ COMO INSTRUMENTO DE
CIDADANIA

Teresina, 2023

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA

I – Justificativa

Os Tribunais de Contas são instituições responsáveis por fiscalizar o uso dos recursos públicos e promover a transparência e a eficiência do Estado. Eles desempenham um papel fundamental no controle das contas públicas e na garantia do uso adequado e legal dos recursos pelos órgãos governamentais.

Nesses termos, os Tribunais de Contas (TCEs) são órgãos responsáveis pela fiscalização das contas dos governos estaduais e municipais, avaliando a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos gastos públicos.

No Brasil alguns tribunais de contas têm buscado ampliar sua atuação para além do controle das contas públicas, visando também promover a cidadania, ou seja, a participação e o controle social das políticas públicas através da participação popular. Essa expansão de atribuições tem sido motivada pela necessidade de fortalecer a democracia.

Seguindo essa orientação, os Tribunais de Contas vêm se consolidando como instrumentos de cidadania, já que numa democracia o Controle exige dos governantes compromissos com a *accountability* e governança pública, institutos que forjam nos gestores a necessidade do compromisso com a participação social. Isso significa empoderar o cidadão dando as condições de exigir transparência com o controle externo.

A ideia de empoderamento com controle social refere-se aos direitos e deveres que todo cidadão tem em relação à sua sociedade e ao Estado. Ser cidadão implica exercer plenamente os direitos civis, políticos e sociais, bem como cumprir com as obrigações previstas na legislação.

Os direitos de cidadania incluem, por exemplo, o direito à liberdade de expressão, à igualdade perante a lei, à participação política, à educação, à saúde, ao trabalho digno e à moradia adequada.

Dessa forma, os Tribunais de Contas e a cidadania estão relacionados no sentido de que os mesmos exercem um papel importante na garantia da transparência, da ética e da eficiência na administração dos recursos públicos, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) que impôs no Brasil um novo regime fiscal pode ser apontado com o ponto de inflexão dessa nova realidade que

associa controle e cidadania, ao exigir responsabilidade dos gestores, equilíbrio das contas públicas, planejamento, transparência e controle de suas ações.

Mas para que essa exigência legal seja cumprida os beneficiários das políticas públicas e da ação do Estado tem que ter as condições necessárias para participarem ativamente, agir como cidadão de direito, fiscalizando, interferindo, denunciando e cobrando resultados. Isso quer dizer que os cidadãos se tornaram importantes parceiros do sistema de controle externo. Assim, os Tribunais de Contas foram alçados à condição de instrumentos potencializadores das ações de controle social e da participação cidadã.

Por essa lógica, os Tribunais de Contas tornaram-se instituições essenciais para o fortalecimento da democracia no Brasil, ao assumirem o compromisso com a melhoria da qualidade da gestão pública e no combate à corrupção, a prática *rent-seeking* e ao desperdício. Assim, é papel, também, dos Tribunais de Contas incentivar a consciência cidadã e o empoderamento social, mediante a realização de atividades múltiplas, que permitam a discussão sobre a gestão pública e o exercício do controle social.

O Curso de Formação “O Tribunal de Contas do Estado do Piauí como Instrumento de Cidadania” foi desenvolvido para despertar nos gestores e servidores do TCE-PI a compreensão de que controle externo e cidadania estão interligados, e que o TCE exerce papel fundamental no processo democrático através da sua atuação.

II – Objetivos

2.1 Objetivos Geral

- * Fomentar o desenvolvimento técnico e profissional dos gestores e servidores do TCE-PI, reforçando a compreensão do papel institucional do TCE-PI como ferramenta promotora da cidadania.

2.2 Objetivos Específicos

- * Aprofundar o conhecimento dos aspectos teóricos e metodológicos que fundamentam o conceito de cidadania.
- * Compreender os impactos do conceito de cidadania nas ações de fiscalização realizadas pelo TCE-PI.
- * Entender o papel do controle social como instrumento efetivo de promoção da cidadania.

III - Metodologia

O Curso de Formação “O Tribunal de Contas do Estado do Piauí como Instrumento de Cidadania” será desenvolvido utilizando uma abordagem híbrida, combinando a estratégia de sala de aula invertida com a aplicação de Design Thinking.

Sala de Aula Invertida: neste modelo, os participantes terão acesso a materiais de leitura, vídeos e outros recursos online antes das sessões presenciais. Isso permitirá que eles se

familiarizem com os conceitos e teorias antes da discussão em sala de aula. O tempo em sala de aula será dedicado a atividades práticas, discussões em grupo, estudos de caso e aplicação direta dos conceitos aprendidos. Esta estratégia permitirá uma maior interação e engajamento dos participantes, estimulando o pensamento crítico e a aplicação prática dos conceitos de cidadania.

Design Thinking: durante as sessões presenciais, os participantes serão encorajados a utilizar a abordagem do Design Thinking para abordar problemas e desafios relacionados à promoção da cidadania. Isso envolverá a identificação de problemas, a geração de ideias, a criação de protótipos e a implementação de soluções. O Design Thinking ajudará os participantes a desenvolverem soluções criativas e centradas no usuário para problemas reais, promovendo assim a cidadania de forma mais eficaz.

IV - Público-Alvo

O curso é voltado para gestores e servidores públicos do TCE-PI, com especial enfoque para aqueles que atuam como controladores internos e fiscais de contratos. Além disso, profissionais que desempenham funções nos setores de licitações, contratos, contabilidade, finanças, convênios e prestação de contas também são públicos-alvo deste curso. Esta variedade de públicos permitirá uma troca de experiências e perspectivas rica e enriquecedora, potencializando o aprendizado e a aplicação dos conceitos apresentados no curso.

Conhecimento Ampliado: Os participantes terão uma compreensão aprofundada do papel e das funções do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, especialmente no contexto da promoção da cidadania.

V – Resultado Esperado

Desenvolvimento de Habilidades: Os participantes desenvolverão habilidades importantes, como pensamento crítico, análise de políticas públicas e aplicação de Design Thinking para solucionar problemas.

Responsabilidade Social: O curso aumentará a consciência crítica dos participantes, destacando a importância do engajamento cidadão e a relevância do Tribunal de Contas do Estado do Piauí para a manutenção da transparência e da boa governança.

Aplicação Prática: Os participantes serão capazes de aplicar os conhecimentos e habilidades adquiridos durante o curso em seus respectivos contextos de trabalho, contribuindo assim para a eficiência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e para a promoção da cidadania no Estado.

Questionários e Testes: Para avaliar a compreensão dos participantes e reforçar os conceitos aprendidos. Serão realizados por meio de instrumentos online como: Google Forms, SurveyMonkey ou Kahoot.

Feedback e Reflexão: Fornece aos participantes oportunidades para refletir sobre o que aprenderam. Isso pode ser feito através de diários de aprendizado, sessões de feedback em grupo, ou encontros individuais.

E-book “O Tribunal de Contas do Estado do Piauí como Instrumento de Cidadania”. Apresentação em formato .pdf com esquemas de aula.

XIX - Investimento

R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

XX: Professor-Instrutor

Raimundo Batista dos Santos Junior.

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (1988), mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutor em Ciência Política pela mesma Universidade. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Piauí, lecionando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI. Tem experiência na área de Ciência Política e Governança, com ênfase em Teoria Política, Políticas Públicas, Controle, accountability, atuando principalmente nos seguintes temas: globalização, Estado, políticas públicas, governança, governabilidade, participação, controle e cidadanias.

XI – Referências

Almeida, R. M. C. (2018). Tribunais de Contas e Controle Externo: Tendências Atuais e Desafios Futuros. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 16(3), 177-203.

Araújo, A. F. (2017). A Participação da Sociedade no Controle das Ações dos Tribunais de Contas Estaduais: Um Estudo sobre os Mecanismos de Controle Social. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 595-616

Avritzer, L. (2012). *A qualidade da democracia no Brasil*. Editora FGV.

Bobbio, N. (2000). *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Paz e Terra.

Bugarin, M. S., & Rennó, L. R. (2018). A Capacidade de Ação dos Tribunais de Contas Estaduais no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 68-86.

Canotilho, J. J. G. (2014). *Estado de direito e participação democrática*. Editora Almedina.

Comunidade de Aprendizagem: O curso fomentará uma comunidade de aprendizagem, onde os participantes poderão compartilhar experiências e melhores práticas, colaborando para um aprendizado contínuo e aprimoramento da prática profissional.

VI - Carga horária

30 horas-aula.

VII - Programação:

Módulo 1: Tribunal de Contas e Cidadania

Participação e cidadania

Papel do TCE-PI na promoção da cidadania

Transparência e *accountability* como ferramentas de cidadania

O impacto do TCE-PI na vida dos cidadãos

Módulo 2: Tribunal de Contas e Políticas Públicas

Como o TCE-PI contribui para a formulação de políticas públicas.

O papel do TCE-PI na implementação e fiscalização de políticas públicas.

Estudos de caso: Exemplos de políticas públicas efetivas apoiadas pelos TCEs no Brasil.

Módulo 3: Desafios e Soluções para o Tribunal de Contas

Desafios contemporâneos enfrentados pelos TCEs

Utilização do Design Thinking para identificar problemas e gerar soluções de controle social e de cidadania.

Módulo 4: A Prática da Cidadania e Políticas Públicas

Aplicação dos conceitos aprendidos em um projeto prático.

Feedback e discussão em grupo sobre os projetos.

Plano de ação para a implementação de projetos na vida real.

VIII - Material didático

Slides de Apresentação: Visa apresentar informações de forma clara e organizada.

Vídeos: Objetiva apresentar conceitos complexos de maneira mais acessível, visando mostrar exemplos práticos.

Materiais de Leitura: Textos e artigos para fornecer informações mais detalhadas sobre os tópicos do curso.

Exercícios Práticos: Permite aos participantes aplicar o que aprenderam durante o curso.

Ferramentas de Colaboração Online: Como fóruns de discussão, quadros interativos (e: Miro, Trello) ou plataformas de trabalho em equipe (ex: Google Workspace).

- Dahl, R. A. (2000). Poliarquia: participação e oposição. Editora da Universidade de São Paulo.
- Mello, P. S. (2019). Tribunais de Contas: o poder normativo dos Tribunais de Contas no Brasil. *Fórum de Contratação e Gestão Pública*, 18(213), 99-113.
- Motta, P. C. P. (2016). O Papel dos Tribunais de Contas na Promoção da Cidadania e da Accountability no Brasil. In: Santos, B. S., et al. (Org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: Um Discurso sobre as Ciências Revisitado* (Vol. 1). Edições Almedina, 317-346.
- Torres, J. B., & Amaral, A. C. (2018). Participação Social e Controle Externo: O Papel dos Tribunais de Contas na Promoção da Cidadania. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 8(2), 253-274.
- Sintomer, Y., Herzberg, C., & Allegretti, G. (Eds.). (2010). *A participação na Europa: experiências e perspectivas*. Éditions La Découverte.
- Vieira, F. (2014). Tribunais de Contas e Controle Externo: uma análise do papel dos Tribunais de Contas Estaduais no Brasil. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 12(3), 85-107.

Raimundo Batista dos Santos Junior

PASEP: 12433379379

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTILHA NACIONAL DE HABILITACAO

RAIMUNDO BATISTA DOS SANTOS JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
948355002 SSP SP

CPF 336.191.223-20 DATA NASCIMENTO 14/08/1961

PRACACAO
RAIMUNDO BATISTA DOS SANTOS
FRANCISCA SOARES BATISTA

PERMISSAO ACC CATIBS

1º REGISTRO 06546877507 VALIDADE 11/03/2026 1ª HABILITACAO 18/01/2016

OBSERVAÇÕES
A

Assinatura do Portador

LOCAL TERESINA, PI DATA DE EMISSAO 16/03/2021

Assinatura do Emissor

47139880896
PI321059206

PIAUI

2239863506

PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL